



ACÓRDÃO Nº882/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11272/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Maternidade Dona Nazira Daou
- 5- **Exercício:** 2016
- 6- **Responsável:** Jose Menezes Ribeiro Junior (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD-AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3820/2018-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Maternidade Dona Nazira Daou . Exercício de 2016.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Determinação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, em parcial consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Maternidade Dona Nazira Daou, de responsabilidade do **Sr. José Menezes Ribeiro Júnior**, Gestor e Ordenador de Despesas, referente ao exercício financeiro de 2016, nos termos dos arts. 1, II, 22, II, e 24 da Lei nº 2.423/1996 c/c arts. 188, §1º, II, e 189, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, pelos motivos expostos no Relatório/Voto

10.2. Recomendar à atual gestão da Maternidade Dona Nazira Daou que:

10.2.1. Observe a Lei nº 8.666/93, notadamente quanto à necessidade de planejamento das aquisições de materiais, visando evitar o fracionamento de despesas, bem como no que diz respeito à prorrogação de contratos, mais especificamente à elaboração de comparativo de preços por meio de pesquisa de mercado, juntando os documentos comprobatórios aos respectivos processos administrativos das despesas;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº882/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.2. Atente para o que dispõe o art. 94 da Lei nº 4.320/64, no sentido de fazer levantamento tanto dos bens móveis quanto dos materiais de consumo e, posteriormente, proceder aos ajustes e registros necessários para um melhor controle patrimonial;

10.3. Determinar à Secex que, por meio das próximas comissões de inspeção, verifique se estão sendo adotadas as recomendações desta Corte pela atual gestão da Maternidade Dona Nazira Daou;

10.4. Dar quitação ao Sr. Jose Menezes Ribeiro Junior, nos termos do art. 23 e 72, I, ambos da Lei n. 2.423/96, c/c o art. 189, I, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;

10.5. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que adote as providências previstas no art. 161 da Resolução 04/2002 - TCE/AM

11- ta: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- ata da Sessão: 12 de Dezembro de 2018

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

A

D

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral